

Bancos pedem aos EUA para pressionar o Brasil

10 NOV 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

Credores querem que governo americano exija do País o pagamento dos juros atrasados

PAULO SOTERO
Correspondente

Washington — O presidente de um dos maiores bancos americanos tentou falar com o vice-presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle, na quinta-feira, para fazer uma gestão sobre o impasse criado nas negociações entre o Brasil e seus bancos credores. O banqueiro queria pedir a Quayle para usar o encontro que terá com o presidente Fernando Collor, amanhã, em Tóquio, para alertar o líder brasileiro sobre a gravidade da situação provocada pela relutância de seu governo em tratar da questão dos juros em atraso da dívida externa.

Não é certo que Quayle tenha devolvido a chamada ou aceito a incumbência. A iniciativa do banqueiro, confirmada ao **Estado** por fontes oficiais, é parte de uma nova ofensiva desencadeada pelos grandes bancos credores para mobilizar o apoio oficial e pressionar o Brasil a mudar sua estratégia de negociação.

Aparentemente, a operação está dando resultado. "O assunto voltou ao centro das atenções e está sendo seguido de perto", disse uma fonte oficial americana. Segundo o funcionário, no governo americano, os ânimos estão exasperados com o rumo das negociações e esse sentimento já teria sido transmitido a Brasília.

Outras fontes bem situadas disseram que, se a terceira rodada de conversas entre o governo e os bancos, que começa na terça-feira, não produzir avanços significativos, os governos dos países credores poderão iniciar um bloqueio dos empréstimos oficiais e de organismos multilaterais ainda abertos ao País. Alternativas desse tipo começaram a ser discutidas em consultas iniciadas no início da semana, quando os vice-ministros de Finanças dos países ricos, o chamado Grupo dos Sete, reuniram-se em Roma. As consultas prosseguiram em Washington, durante a semana, por meio dos representantes dos países nas diretorias do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Armados com a declaração que os ministros das Finanças do Grupo dos Sete fizeram no final de setembro, exortando o País "a resolver o problema dos juros atrasados com os bancos", os credores apresentaram terça-feira ao governo uma contraproposta que trata exclusivamente desse problema.

A contraproposta dos bancos inclui as seguintes reivindicações principais:

■ Pagamento de um terço do total de juros em atraso acumulados até 31 de dezembro (cerca de US\$ 8,9 bilhões) e de 50% dos juros que vencerem no primeiro trimestre de 1991. Os bancos acreditam que um novo acordo sobre o estoque da dívida poderia ser concluído até o fim de março.

■ Capitalização dos juros não pagos por meio da compra pelos bancos de um bônus com prazo de vencimento de cinco anos e juros de mercado.

■ Resolução do problema criado pela não ativação, pelo Banco Central, de US\$ 600 milhões em linhas de financiamento de exportação que os bancos credores emprestaram, por dez anos, como parte do crédito de US\$ 4,6 bilhões desembolsado ao País sob o acordo de reescalonamento da dívida assinado em 1988. Pelo contrato, essas linhas deveriam ter sido ativadas em setembro do ano passado.

■ Resolução da questão dos custos da negociação. Tradicionalmente, o país devedor paga as despesas relacionadas com as reuniões do comitê de bancos credores, como passagens, hotel e refeições de executivo de bancos credores. O custo estimado de cada reunião é da ordem de US\$ 200 mil. No passado, o Brasil reclamou mas sempre pagou. O governo Collor decidiu que não pagará essa conta.

"A contraproposta do comitê rejeita a posição brasileira de negociar o estoque da dívida e deixa claro que os bancos insistirão no tratamento prioritário e em separado dos juros atrasados, no que contam com o apoio oficial", disse um executivo de banco que já participou de várias negociações com o Brasil. "Ela coloca o governo brasileiro numa encruzilhada, pois não deixa muito espaço para compromisso, e a resposta do Brasil, na semana que vem, terá que ser sim ou não", concluiu.